

SELEÇÃO PÚBLICA Nº 02/2014
PROCESSO SECTEC Nº 02/2014

EDITAL
PREÂMBULO

A SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SECTEC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 41.230.103/0001-25, neste ato, representada por seu Secretário, Dr. José Antonio Bertotti Júnior, brasileiro, divorciado, residente e domiciliado na cidade de Recife-PE, portador do CPF nº. 585.883.290-34, devidamente autorizado pelo Exmo. Sr. Governador do Estado de Pernambuco, consoante Ato nº. 2237 de 07 de fevereiro de 2011, publicado em 08 de fevereiro de 2011, em parceria com a Empresa Pernambuco de Comunicação – EPC, empresa vinculada a SECTEC, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar seleção pública de 03 (três) Projetos de obras do gênero documentário de empresas produtoras audiovisuais independentes do Estado de Pernambuco para serem veiculadas na TVPE, para análise, julgamento e seleção nos termos deste edital, e da Chamada Pública 01/2014 do Fundo Setorial Audiovisual – FSA – e em observância ao disposto na Lei nº 8.666/93, 8.883/94, 9.648/98, na Legislação Estadual Lei nº 7.741/78, Decretos nºs. 19.698/97, 19.690/97 e suas alterações e , conforme cláusulas e condições abaixo:

1. DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente edital a seleção, projetos de conteúdos inovadores oriundos de produção pernambucana independente de obras audiovisuais na forma de 03 (três) projetos de obras do gênero documentário seriados, em 03 (três) episódios de 26 (vinte e seis) minutos cada, crossmídia, para veiculação na TV Pernambuco, emissora da Empresa Pernambuco de Comunicação, vinculada a SECTEC.

1.2 Entende-se por crossmídia: utilização articulada de outros suportes de mídia, além da televisão, que possibilite o acesso do conteúdo por outros meios.

2. DOS COMPONENTES DESTE EDITAL

2.1. Constituem anexos deste Edital, e dele fazem partes integrantes:

Anexo A – Documentação exigida para contratação pelo Agente Financeiro do FSA;

Anexo B – Documentação exigida para contratação pelo Agente Financeiro do FSA – Comprovantes de Captação dos Recursos;

Anexo C – Declaração (requisito de habilitação);

Anexo D - Declaração (não emprega menor);

Anexo E - Declaração (fato impeditivo);

Anexo F - Minuta de Convênio;

3. DO FINANCIAMENTO

3.1. Os 03 (três) projetos de produção de conteúdos audiovisuais selecionados receberão, ao todo, o aporte financeiro no valor total de R\$ 1.275.000,00 (um milhão duzentos e setenta e cinco mil de reais), sendo:

a) R\$ 425.000,00 (quatrocentos e vinte e cinco mil reais) da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco, na modalidade de aporte à produção da obra, através da Dotação Orçamentária:

Exercício: 2015

Ação: 19.572.1000.4147.A611; Código e-fisco 409390 – 9

Valor Estimado: R\$ 425.000,00

Fonte dos Recursos: 0101000000

b) R\$ 850.000,00 (oitocentos e cinquenta mil reais) do Fundo Setorial do Audiovisual – FSA – aplicados exclusivamente na modalidade investimento em projeto, que consiste na participação do FSA nos resultados da exploração comercial do projeto.

Parágrafo Único – A Empresa Pernambuco de Comunicação (EPC) terá prioridade na aquisição dos direitos de exibição em primeira janela, para exibição na TV Pernambuco, obedecendo ao que determina o Regulamento Geral do Programa de Desenvolvimento do Audiovisual Brasileiro – PRODAV –, quanto aos valores e prazos de licenciamento.

3.1.1. Os recursos oriundos da SECTEC e do FSA deverão ser aplicados, exclusivamente, em despesas de custeio para produção das obras, portanto, são considerados itens financiáveis todas as despesas relativas à produção da obra audiovisual até a sua conclusão, incluindo o desenvolvimento de projetos de conteúdo audiovisual e a remuneração dos serviços de gerenciamento e de execução do projeto.

3.1.2. São considerados itens não financiáveis: despesas de agenciamento, colocação e coordenação, divulgação, distribuição e comercialização e despesas gerais de custeio da empresa proponente, bem como, aquisição de equipamentos.

3.1.3. A aplicação dos recursos do FSA é regida pelas disposições da Lei no 11.437, de 28 de dezembro de 2006, e do Decreto no 6.299, de 12 de dezembro de 2007, e pelo Regulamento Geral do Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Indústria Audiovisual - PRODAV, disponível no portal da Agência Nacional do Cinema – ANCINE – na internet: <http://fsa.ancine.gov.br/normas/regulamento-geral-do-prodav>.

3.2. Os recursos serão distribuídos da seguinte maneira:

R\$ 1.275.000,00 (um milhão, duzentos e setenta e cinco mil reais) para produção de documentários seriados;

	SECTEC	FSA	SECTEC + FSA
Valor a ser investido, por projeto, modalidade de aporte produção obra.	R\$ 141.666,00 (cento e quarenta e um mil, seiscentos e sessenta e seis reais)	R\$ 283.333,00 (duzentos e oitenta e três mil, trezentos e trinta e três reais)	R\$ 424.999,00 (quatrocentos e vinte e quarto mil, novecentos e noventa e nove reais)

3.2.1. A contratação do investimento suplementar do FSA somente será realizada após o desembolso pelo SECTEC, condicionada à comprovação pela proponente.

3.2.2. A Proponente deverá comprovar contrapartida de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor aportado pela SECTEC, na forma de recursos financeiros ou bens economicamente mensuráveis.

3.2.3. É vedado o aporte na produção de conteúdos religiosos ou políticos, manifestações e eventos esportivos, concursos, publicidade, televentas, infomerciais, jogos eletrônicos, propaganda política obrigatória, conteúdo audiovisual veiculado em horário eleitoral gratuito, conteúdos jornalísticos e programas de auditório ancorados por apresentador.

3.2.4. Os projetos audiovisuais deverão ter como objetivo a produção de conteúdo brasileiro independente nos termos do inciso V do art. 1º da Medida Provisória no 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e, ainda, ser realizados por produtora brasileira independente, nos termos da Lei no 12.485, de 12 de setembro de 2011.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderá ser proponentes dos projetos empresas produtoras brasileiras independentes com sede em Pernambuco, com registro regular e, também, deverão estar classificadas na ANCINE como agentes econômicos brasileiros independentes, nos termos da Instrução Normativa nº 91, de 10 de dezembro de 2010, pertencentes ou não a grupos econômicos.

4.2. Entende-se por empresa brasileira de produção independente, com sede em Pernambuco, aquela constituída sob as leis brasileiras, com sede e administração no Estado de Pernambuco, cujo poder decisório seja de pessoas físicas brasileiras, que não tenham qualquer associação ou vínculo com empresas de serviços de radiodifusão e cabo-distribuição de sons e imagens ou operadoras de comunicação eletrônica de massa, e que assumem a responsabilidade legal pelo projeto e seu desenvolvimento, de acordo com as condições e prazos estabelecidos neste Edital.

4.3. A equipe de produção deverá ter, obrigatoriamente, em sua composição as seguintes especialidades preenchidas por profissionais naturais de Pernambuco, ou

residentes no estado há mais de um ano: Produtor, Diretor e Roteirista. As demais especialidades que compõem a equipe técnica, deverá ser integrada, prioritariamente, por profissionais naturais da região Nordeste, ou residentes há pelo menos 1 (hum) ano em um dos estados que compõem a região.

4.3.1 Para efeito deste Edital, entende-se como:

A - Produtor aquele que assume a responsabilidade técnica pelo projeto e seu desenvolvimento de acordo com as condições e prazos estabelecidos neste Edital.

B - Diretor e roteirista: é aquele que responde pela criação e qualidade artística do projeto, que roteiriza ou dirige, artística e tecnicamente, a equipe de produção e o elenco, por meio da análise e interpretação do roteiro do filme, adequando-o à sua realização de acordo com os prazos e condições estabelecidas neste Edital;

4.4. Estarão impedidas de apresentar projetos ou participarem da equipe principal, aquelas pessoas jurídicas cujos sócios, diretores ou administradores sejam cônjuges, parentes de primeiro grau dos membros da Comissão Técnica de Análise de Projetos, do quadro de funcionários da Empresa Pernambuco de Comunicação – EPC (incluindo-se os terceirizados), e essa norma também se aplica à SECTEC.

4.5. É vedada a substituição da empresa produtora proponente, salvo nos casos de cisão, fusão ou incorporação, quando poderá ser admitida a troca desta pela nova empresa resultante de um desses processos de reorganização empresarial, desde que haja anuência do agente financeiro do FSA, o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, com a alteração contratual subjetiva, e sejam observados os limites de propostas e financeiros previstos neste Edital, bem como preservadas as condições para o contrato de investimento do FSA.

4.6. Será exigido para contratação dos recursos do FSA o pré-licenciamento de exibição da OBRA pela TV Pernambuco, com todas as especificações pertinentes, de acordo com os valores e proporções mínimas em relação aos itens financiáveis e condições contratuais exigidas pelo FSA definidas nos itens 61, 62 e 64 do capítulo IV, e no item 132 do Capítulo VI do Regulamento Geral do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Audiovisual Brasileiro – PRODAV, observando-se que o prazo da primeira licença se não deve ser superior a 24 (vinte e quatro) meses, contados da data de emissão do Certificado de Produto Brasileiro (CPB).

4.7. No caso de projetos realizados em coprodução internacional, deverão ser observados os termos do inciso V do artigo 1º da Medida Provisória nº 2228-1/2001, além das seguintes disposições:

- a) A coprodução deverá ser comprovada por meio de contrato ou pré-contrato com empresa estrangeira, redigido em língua portuguesa, consularizado e com tradução juramentada, dispondo sobre as obrigações das partes no empreendimento, os valores e aportes financeiros envolvidos e a divisão de direitos sobre a obra.
- b) Os recursos a serem investidos, assim como o cálculo da participação do

FSA, terão como base o total de itens financiáveis de responsabilidade da parte brasileira. Da mesma forma, o FSA terá participação sobre as receitas proporcionais à parte brasileira na divisão dos territórios em todos e quaisquer segmentos de mercado e janelas de exploração, existentes ou que venham a ser criados, observando as condições sobre retorno do investimento dispostas no Regulamento Geral do PRODAV.

- c) No momento da contratação do investimento, será exigido o reconhecimento provisório da coprodução internacional pela ANCINE, nos termos da Instrução Normativa nº 106, de 24 de julho de 2012, que dispõe sobre o reconhecimento do regime de coprodução internacional de obras audiovisuais não-publicitárias brasileiras, ou norma equivalente que a substitua.
- d) Coproduções internacionais estabelecidas após a decisão final de investimento no projeto estarão sujeitas à análise do FSA para revisão das condições de retorno do investimento, desde que exista o reconhecimento provisório da coprodução pela ANCINE.

4.8. Os direitos sobre a obra audiovisual, objeto do investimento do FSA, deverão observar o capítulo VI do Regulamento Geral do PRODAV.

5. DO PROCESSO DE SELEÇÃO

O processo de seleção será composto de 03 (três) etapas eliminatórias: HABILITAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E DEFESA ORAL.

5.1. Os projetos e a documentação das proponentes serão recebidos na Empresa Pernambuco de Comunicação – EPC, situada na Avenida Conde da Boa Vista, 1424, Boa Vista, Recife/PE.

5.2. Os projetos e a documentação serão analisados pela Comissão Técnica de Análise de Projetos, nomeada pela Secretaria de Ciência, Tecnologia de Pernambuco – SECTEC, e pela Empresa Pernambuco de Comunicação – EPC, assim compostas: 01 (um) representante da SECTEC e por 02 (dois) representantes indicados pela EPC. O proponente inabilitado poderá retirar sua Proposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da data de intimação do ato, caso não esteja presente na sessão em que foi inabilitado. Decorrido este prazo e o de recurso sem que Proposta seja retirada, a comissão providenciará a sua destruição.

5.3. As propostas deverão ser apresentadas em 03 (três) cópias em português, idioma em que também serão redigidos os Convênios.

5.4. Os documentos relativos à documentação (Envelope 1) e ao Plano de Produção (Envelope 2) deverão ser entregues sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, em envelopes devidamente fechados e identificados apropriadamente, nos termos do item 6.

5.5. A Proponente arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do procedimento de seleção.

5.6. Nenhuma empresa ou entidade vinculada à Comissão Técnica de Análise de Projetos será elegível para participar deste processo.

5.7. Cada proponente só poderá apresentar 01 (uma) proposta.

6. DA HABILITAÇÃO (Envelope N.º 1)

6.1. Os documentos relativos à habilitação serão entregues à Comissão Técnica de Análise de Projetos, em envelope devidamente fechado, contendo externamente os seguintes dizeres:

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE
CNPJ
ENDEREÇO
FONE/FAX
COMISSÃO TÉCNICA DE ANÁLISE DE PROJETOS
SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SECTEC
CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2014
ENVELOPE N.º 1 – HABILITAÇÃO

6.2. Para fins de **habilitação**, as Proponentes deverão apresentar os seguintes documentos. A falta de qualquer documento implicará na desclassificação da proponente e do projeto:

- a) Registro comercial, caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Cédulas de identidade dos representantes legais da empresa, ou documento que identifiquem seus administradores;
- e) Declaração do proponente de que não possui em seu quadro de funcionários, empregados menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (cumprimento do disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, conforme art. 27, V, da Lei Nº 8666/93); conforme modelo constante no Anexo D;
- f) Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo de sua Habilitação, atestando a inexistência de circunstâncias que impeçam a empresa de participar do processo seletivo. (Anexo E).

- Dentro dos objetos sociais deve estar contemplado a execução de atividades da mesma natureza ou compatíveis com o objeto da seleção.
- Tais declarações deverão ser assinadas pelo representante da proponente, que faz uso da razão social da empresa nos termos de seu Estatuto ou Contrato Social.

6.2.1. Regularidade Fiscal

- a) Comprovante de inscrição ativa no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ-MF);
- b) Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, comprovada através de apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF fornecido pela Caixa Econômica Federal;
- c) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), comprovada pelo fornecimento de Certidão Negativa de Débito – CND ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa – CPEN, fornecida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS;
- d) Prova de Regularidade para com a FAZENDA FEDERAL, Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Tributos Federais, Dívida Ativa da União emitida pela Secretaria da Receita Federal;
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do Estado de Pernambuco, relativa ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS comprovada mediante o fornecimento de Certidão de Regularidade Fiscal ou equivalente, emitida pela Secretaria da Fazenda local;
- f) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da Licitante;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho, em conformidade com a Lei nº 12.440 /2011, disponível no site: www.tst.jus.br

6.2.2. Qualificação Técnica

- a) Cópia impressa do Formulário de apresentação de Propostas, assinada pelo(a), representante legal da proponente;
- b) Currículo da empresa proponente: relação das principais obras audiovisuais realizadas pela empresa produtora. As obras relacionadas nos currículos das empresas produtoras, do Diretor e Roteirista, serão consideradas quando, comprovadamente, tiverem sido exibidas em circuito de salas de exibição e/ou cineclubes e/ou mostras ou festivais de cinema e vídeo e/ou em rede de televisão. A comprovação poderá ocorrer por meio de folders, programas e/ou catálogos dos eventos, matérias ou notas de jornais, e/ou publicações na Internet.

- c) Currículo do Produtor(a), Diretor(a) e Roteirista;
- d) Cópia do certificado de registro do roteiro ou argumento na Fundação Biblioteca Nacional;
- e) Contrato de cessão ou opção de direitos de adaptação de obra literária, quando for o caso;
- f) Contrato de cessão ou opção de direitos de uso de imagem, de nome e/ou outros referentes a personagens reais imprescindíveis para a realização da obra;
- g) Contrato de cessão ou opção de direitos de realização de roteiro entre o detentor dos direitos e a proponente;
- h) Contratos ou pré-contratos e comprovantes de investimentos, patrocínios, doações, prêmios e outras formas de aporte para a execução da obra audiovisual, quando houver;
- i) Contratos ou pré-contratos do Diretor(a) e Roteirista, quando houver.
- j) Comprovante de naturalidade pernambucana ou de que reside em Pernambuco há, no mínimo, um ano, do Diretor(a) e Roteirista. A comprovação poderá ser feita por documento de identidade (naturalidade) ou comprovantes de endereço (sendo o primeiro de um ano atrás e outro atualizado).
- k) Para os demais integrantes da equipe principal, comprovante de naturalidade pernambucana, ou de outros estados do Nordeste, ou de que reside em Pernambuco ou outros estados do Nordeste há, no mínimo, um ano, quando for o caso. A comprovação poderá ser feita por documento de identidade (naturalidade) ou comprovantes de endereço (sendo o primeiro de um ano atrás e outro atualizado).
- l) Cópias da Cédula de Identidade: diretor(a), produtor(a) e roteirista.
- m) No caso de alguma das funções da equipe principal ser desempenhada por uma pessoa jurídica, deve-se apresentar o CNPJ e o contrato social da mesma, além de comprovante de domicílio fiscal (sendo um atual e outro de um ano atrás). Esta exigência é dispensada no caso desta empresa ser a proponente do projeto.
- n) Comprovação da inscrição do proponente como empresa produtora na Agência Nacional de Cinema – ANCINE.

6.2.3 Qualificação Econômica e Financeira:

- a) Certidão negativa de FALÊNCIA ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

6.3 Os documentos indicados acima letras “b” a “f” do subitem 6.2.2 poderão ser substituídos pelo Certificado de Registro Cadastral – CADFOR, emitido pela Secretaria de Administração do Estado de Pernambuco;

6.4 Documentos apresentados com a validade expirada acarretarão a inabilitação do proponente. Os que não possuem prazo de validade, somente serão aceitos aqueles cuja data de expedição não exceda a 90 (noventa) dias de antecedência da data prevista para apresentação das propostas, se outro prazo não estiver previsto em Lei.

6.5 Não será aceito qualquer protocolo de entrega ou de solicitação de documentos em substituição aos documentos relacionados neste Edital;

7. DO PLANO DE PRODUÇÃO (Envelope N.º 02)

7.1. O Plano de Produção deverá ser entregue, em três cópias, à Comissão Técnica de Análise de Projetos, em envelopes separados do que contenha os documentos projeto técnico, contendo externamente os seguintes dizeres:

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE

CNPJ

ENDEREÇO

FONE/FAX

COMISSÃO TÉCNICA DE ANÁLISE DE PROJETOS

SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SECTEC

CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2014

ENVELOPE N.º 02 – PROJETO TÉCNICO

7.2. No Plano de Produção deverá constar:

7.2.1. Nome, razão social, endereço da empresa e número do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, no Ministério da Fazenda – CNPJ do Ministério da Fazenda;

7.2.2. Nome, RG, CPF, endereço residencial, estado civil e nacionalidade do responsável pela assinatura do Contrato;

7.2.3. O número da conta corrente exclusiva, da agência e do banco em que será efetuado o aporte financeiro.

7.2.4. Orçamento de Produção da Obra;

7.2.6. Estrutura de cada episódio de obra seriada de documentário;

7.2.7. Roteiro indicativo, com previsão de estrutura, esboço dos textos de narração e indicação de possíveis depoimentos e entrevistas ou argumento com descrição da estrutura do documentário: indicação de pesquisa, descrição de perfil de personagens, quando couber e abordagem do tema – com mínimo de quatro e máximo de dez laudas.

7.2.9. Estruturação Financeira: plano de financiamento e composição de receitas previstas para a obra audiovisual. O Plano de Produção deverá conter uma contrapartida da Empresa Produtora no valor mínimo de 10% (dez por cento) em recursos financeiros e/ou bens economicamente mensuráveis;

7.2.10. Cronograma Físico Financeiro;

7.2.11. Cópia em CD/DVD, ou impressa, da arte conceitual, *storyboards*, pesquisa de imagens ou croquis artísticos do projeto, se houver;

7.2.12. Cópia em DVD da obra realizada até o momento, quando houver;

8. DO PROCEDIMENTO

8.1. A Comissão Técnica de Análise de Projetos se reunirá e fará a análise da documentação das proponentes e a EPC publicará no endereço eletrônico www.tvpe.tv.br o resultado desta fase, com a lista das proponentes habilitadas e inhabilitadas.

8.2. No caso das proponentes inhabilitadas, essas terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação, para entrar com pedido de recurso. Serão aceitos somente aqueles recursos protocolados na sede da EPC - Av. Conde da Boa Vista, 1424. Até as 18 horas do 5º (quinto) dia útil após a publicação do resultado da análise de documentos. Não serão aceitos os recursos enviados pelos correios.

8.3. A Comissão Técnica de Análise de Projetos decidirá no prazo de até 05 (cinco) dias corridos no sentido de reconsiderar ou manter a decisão;

8.4. Não serão admitidas quaisquer modificações ou acréscimos de documentação nos projetos após as inscrições.

8.5. Todos os projetos aprovados na fase de habilitação da documentação serão analisados pela Comissão Técnica de Análise de Projetos.

8.6. A etapa de CLASSIFICAÇÃO consiste na avaliação dos projetos habilitados. Após reunião de seus membros, a Comissão Técnica de Análise de Projetos classificará até 10 (dez) projetos, conforme os critérios definidos neste edital, para participarem da fase de DEFESA ORAL.

8.7. A EPC publicará no seu endereço eletrônico www.tvpe.tv.br o resultado da fase de classificação, com a lista dos 10 (dez) projetos classificados para a DEFESA ORAL.

8.8. No caso dos projetos desclassificados, os proponentes terão até as 18 horas do 5º (quinto) dia útil, após a data de publicação, para entrar com pedido de recurso. Serão aceitos somente aqueles recursos protocolados na sede da EPC – Av. Conde da Boa Vista, 1424. Não serão aceitos os recursos enviados pelos correios.

8.9. A EPC decidirá no prazo de até 05 (cinco) dias corridos, pela reconsideração ou manutenção da decisão recorrida e farão publicar no endereço eletrônico www.tvpe.tv.br o resultado do julgamento do recurso.

8.10. Na etapa de SELEÇÃO, a Comissão Técnica de Análise de Projetos realizará um *pitching* com os autores dos projetos classificados, a fim de selecionar, entre os 10 (dez) classificados, 03 (três) propostas vencedoras.

8.11. A data, o horário e o local da realização do *pitching* serão divulgados no site da EPC www.tvpe.tv.br. Os selecionados serão também notificados pelo email indicado na ficha de inscrição, bem como por telegrama com antecedência de, no mínimo, 07 (sete) dias da data de realização do *pitching*.

8.12. Caberão aos proponentes selecionados às despesas referentes a transporte, alimentação e hospedagem, caso necessário, para a participação nesta etapa de seleção. As entidades realizadoras do presente edital se eximem do pagamento de quaisquer custos referentes a deslocamento e demais despesas dos participantes.

8.13. Cada proponente classificado terá até 15 (quinze) minutos para defender seu projeto, sendo 05 (cinco) minutos para apresentação oral, 10 (dez) minutos para debate.

9. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

9.1. Na análise do projeto técnico pela Comissão Técnica de Análise de Projetos serão considerados os seguintes aspectos – pontuados de 1 a 5 – com os respectivos pesos: Os trabalhos da Comissão Técnica de Análise de Projetos, na reunião de abertura, obedecerão aos trâmites abaixo estabelecidos:

		NOTA	PESO
1.	Aspectos artísticos e adequação ao público	1 a 5	40%
	tema, comunicabilidade e adequação do Plano de Produção ao público;		
	Relevância, originalidade e abordagem do tema;		
	Estrutura dramática e construção dos personagens.		
2.	Qualificação técnica do Diretor e do Roteirista	1 a 5	20%
	Experiência e desempenho pregresso do diretor;		
	Experiência e desempenho pregresso do roteirista.		
3.	Capacidade Gerencial e desempenho da produtora	1 a 5	20%
	Capacidade gerencial da produtora		

	(quantitativo de obras produzidas e regularidade de produção);		
	Desempenho comercial das obras produzidas pela produtora, sócios da empresa produtora e empresas coprodutoras em todos os segmentos de mercado interno e externo;		
	Participações e premiações em festivais e congêneres.		
4.	Planejamento e adequação do plano de negócios	1 a 5	20%
	Planejamento físico e orçamentário (cronograma de execução e adequação do orçamento à realização do projeto);		
	Capacidade de viabilizar o plano de financiamento (investimentos e parcerias efetivadas, associação com outras empresas para a realização da obra e outros recursos da produtora);		
	Consistência da estruturação financeira e da expectativa de resultados.		

9.2. Os proponentes que não aprovarem projetos poderão solicitar os relatórios de análise de julgamento dos mesmos, após a conclusão de todas as etapas do edital e publicação dos resultados finais no endereço eletrônico www.tvpe.tv.br, pelo período de trinta dias. A EPC terá o prazo de até 15 dias, contados da data de solicitação, para disponibilizar o documento para o proponente do projeto, ou seu procurador, através do e-mail indicado no ato da inscrição, ou entregue impresso na sede da EPC.

10. DO CRONOGRAMA

10.1 O Processo de Seleção seguirá os seguintes prazos:

Ações	Data Prevista
Período de Inscrição	De 01/12/2014 a 12/01/2015
Habilitação	De 15/01/2015 a 19/01/2015
Resultado Preliminar da Habilitação	Dia 22/01/2015
Período Recursal Habilitação	De 26/01/2015 a 02/02/2015
Resultado Final de Habilitação	Dia 04/02/2015
Análise e Avaliação das Propostas	De 05/02/2015 a 20/02/2015
Resultado Preliminar Análise e Avaliação das Propostas	Dia 23/02/2015
Período Recursal Análise e Avaliação das Propostas	De 24/02/2015 a 02/03/2015

Resultado Final Análise e Avaliação das Propostas	Dia 03/03/2015
Defesa Oral das Propostas	De 05/03/2015 a 06/03/2015
Divulgação Resultado Final	Dia 13/03/2015

11. DA CONTRATAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS RECURSOS INVESTIDOS PELA SECTEC

11.1. O proponente tem o prazo de 30 dias, contados a partir da data de divulgação dos resultados, dos projetos aprovados, para cumprirem com as exigências para a aprovação do projeto, contidas neste edital, e apresentarem a documentação necessária à emissão de nota de empenho e respectiva assinatura instrumento legal com a SECTEC.

11.2. Os documentos exigidos para a assinatura do Convênio e emissão de nota de empenho serão disponibilizados no site da EPC, www.tvpe.tv.br, após a publicação dos projetos aprovados.

11.3. A proponente selecionada deverá apresentar à EPC o conjunto de documentos que proporcionem a aferição do cumprimento do objeto e da finalidade da Proposta e a correta e regular aplicação dos recursos investidos pela SECTEC, conforme descrito no Plano de Produção e de acordo ao cronograma físico financeiro apresentado, a cada 30 (trinta) dias até o final da utilização dos recursos, que não poderá ultrapassar a data de vigência deste Convênio.

11.4. Apenas serão admitidos documentos fiscais que comprovem despesas realizadas no prazo compreendido entre a data de assinatura do convênio e a data do seu término.

12. DA CONTRATAÇÃO DO FUNDO SETORIAL DO AUDIOVISUAL

12.1. Para cada projeto selecionado será assinado Contrato de investimento entre a empresa proponente e o agente financeiro do FSA, o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE –, contendo as condições estipuladas na minuta de contrato disponibilizada no seu sítio eletrônico, tendo como objeto o investimento para a produção da obra audiovisual e a correspondente participação do FSA nas receitas.

12.2. A proponente deverá apresentar para contratação dos recursos do FSA os documentos relacionados nos Anexos A e B.

12.3. A proponente deverá comprovar o financiamento, incluindo os recursos do FSA, de no mínimo 80% (oitenta por cento) da parte brasileira dos itens financiáveis, conforme documentação prevista no Anexo A.

12.4. As proponentes deverão estar, ainda, adimplentes perante a ANCINE, o FSA e o BRDE, além de comprovar regularidade fiscal, previdenciária, trabalhista, para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e no CADIN (Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Federais).

12.5. No caso de projeto já aprovado pela ANCINE para captação de recursos incentivados federais e selecionados anteriormente pelo FSA e, no entanto, o saldo a captar seja inferior ao montante previsto de recursos do Fundo será exigido o remanejamento das fontes dos recursos na ANCINE.

12.6. Caso o projeto não tenha saldo a captar relativo ao montante aprovado do investimento total do FSA, a proponente será comunicada pela ANCINE e deverá manifestar interesse na contratação do novo valor do investimento.

12.8. Será exigida para a contratação a análise técnica da compatibilidade entre o orçamento e o roteiro, a ser realizada pela Empresa Pernambuco de Comunicação - EPC, salvo se o projeto já estiver aprovado para captação de recursos incentivados pela ANCINE.

12.9. Será verificada, ainda, para contratação dos recursos do FSA a observância das regras relativas aos direitos sobre os conteúdos audiovisuais prevista no Capítulo VI do Regulamento Geral do PRODAV.

12.10. Para projetos aprovados pela ANCINE a partir da vigência do novo Sistema de Aprovação de Projetos estabelecido após a publicação da Instrução Normativa nº 99, de 29 de maio de 2012, a aprovação da etapa de análise complementar dispensa as análises de orçamento e de direitos previstas nos itens 6.7 e 6.8.

12.11. As proponentes participarão do contrato de investimento na condição de responsáveis pela execução operacional, gerencial e financeira do projeto e pelas obrigações relativas ao repasse das receitas decorrentes da exploração comercial da obra.

12.12. A empresa produtora, no que lhe couber, deverá observar, nos contratos e acordos com terceiros, a participação do FSA na Receita Líquida do Produtor (RLP) auferida na comercialização da obra.

12.13. A cópia final da obra audiovisual entregue para fins de Depósito Legal, em sistema digital de alta definição, deverá conter necessariamente dispositivos de legendagem descritiva e audiodescrição que assegurem a acessibilidade por deficientes auditivos e visuais.

12.14. Para fins de cumprimento da previsão normativa relativa à logomarca, deverão ser observadas as disposições previstas no Manual de Aplicação da Logomarca da ANCINE e as do BRDE e da EPC.

12.15. A proponente terá prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias para apresentar as condições para a contratação do investimento do FSA, contados a partir do desembolso dos recursos pela SECTEC.

13. DO PRAZO DE CONCLUSÃO

13.1. A PROPONENTE deverá comprovar a conclusão da obra, mediante apresentação de CPB emitido pela ANCINE, classificando a OBRA na categoria

“brasileira independente constituinte de espaço qualificado”, nos 18 meses a partir do desembolso dos recursos pela SECTEC.

14. DO RETORNO DO INVESTIMENTO DO FSA

14.1. O retorno dos valores investidos pelo FSA será definido de acordo com as normas dispostas na Seção VIII do Capítulo IV do Regulamento Geral do PRODAV.

15. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS RECURSOS INVESTIDOS PELO FSA

15.1. A proponente responsável pelo projeto selecionado deverá apresentar ao BRDE o conjunto de documentos que proporcionem a aferição do cumprimento do objeto e da finalidade do projeto e a correta e regular aplicação dos recursos investidos pelo FSA até o dia 15 (quinze) do quinto mês seguinte à data de conclusão da obra.

15.2. A prestação de contas dos recursos do FSA será analisada pelo BRDE de acordo com as normas do banco e aquelas específicas do FSA, sendo aplicadas, subsidiariamente, as regras da ANCINE.

15.3. Apenas serão admitidos documentos fiscais que comprovem despesas realizadas no prazo compreendido entre a data de encerramento das inscrições de projetos e até 04 (quatro) meses após a data de conclusão da obra, entendida como a data de liberação do Certificado de Produto Brasileiro (CPB), excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

16. DAS SANÇÕES

16.1. As sanções e penalidades decorrentes da incorreta execução física e financeira do projeto estão dispostas na minuta de contrato de investimento do FSA, disponível no sítio eletrônico do BRDE.

17. DA REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DO EDITAL

17.1. A eventual revogação deste Edital, por motivo de interesse público, ou sua anulação, no todo ou em parte, não implica direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

18. DOS CASOS OMISSOS

13.1 Os casos omissos e as excepcionalidades do processo de seleção deste Edital serão analisados pela Comissão Técnica de Análise de Projetos.

Recife, 30 de outubro de 2014.

José Antônio Bertotti Júnior

Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia de Pernambuco

SELEÇÃO PÚBLICA Nº 02/2014
PROCESSO SECTEC Nº 02/2014

ANEXO A – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA CONTRATAÇÃO PELO AGENTE FINANCEIRO DO FUNDO SETORIAL DO AUDIOVISUAL

Para fazer jus ao investimento suplementar do FSA ao aporte de recursos do ente local, as proponentes dos projetos selecionados pelo presente edital deverão cadastrar as informações da empresa e do projeto no módulo de inscrição do sistema eletrônico disponível no sítio eletrônico do BRDE na internet www.brde.com.br/fsa, encaminhando a seguinte documentação para contratação do investimento, em uma via em envelope lacrado, entregues por portador ou por serviço de encomenda expressa com aviso de recebimento (AR), para o endereço disposto abaixo e com a seguinte identificação no seu exterior:

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremz Sul – BRDE Rua Uruguai, nº 155 Z 4o andar Porto Alegre – RS CEP: 90.010Z140 Assunto: FSA Z SUPLEMENTAÇÃO REGIONAL 2014 (razão social proponente) / (título projeto)

- a) Ata de homologação do resultado final de seleção do projeto nos termos do edital Local;
- b) Comprovação de regularidade fiscal: Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em plena validade, disponível no sítio da Receita Federal;
- c) Comprovação de regularidade previdenciária: Certidão Negativa de Débitos e Contribuições Previdenciárias do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, em plena validade, disponível no sítio da Receita Federal;
- d) Comprovação de regularidade relativa ao FGTS: Certidão de Regularidade de Fornecedor – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal, em plena validade, disponível no sítio da Caixa Econômica Federal;
- e) Comprovação de regularidade trabalhista: Prova de inexistência de débitos perante a Justiça do Trabalho mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT (Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943), artigo 642-A (acrescido pela Lei no 12.440, de 7 de julho de 2011), que poderá ser obtida no sítio <http://www.tst.jus.br/certidao>;
- f) Balanço Patrimonial e Demonstrativo de Resultado de Exercício (DRE) relativos ao último exercício, assinados pelo contador da empresa;
- g) Cópia do contrato de distribuição da obra cinematográfica, no caso de obra cinematográfica de longa-metragem;
- h) Cópia do contrato de pré-licenciamento firmado com empresa emissora ou programadora de televisão, no caso de obras seriadas e telefilmes;

- i) Apresentação do contrato definitivo de coprodução internacional, quando houver, caso este não tenha sido entregue anteriormente, sendo obrigatório, em qualquer das hipóteses, o reconhecimento provisório do regime de coprodução internacional pela ANCINE;
- j) Cópias de contratos que envolvam participação na comissão de distribuição e/ou participação na recuperação das despesas de comercialização, quando houver;
- k) Formulário autorizando o agente financeiro a consultar a situação no CADIN, conforme modelo disponibilizado pelo agente financeiro;
- l) Orçamento analítico, impresso e em mídia ótica (CD ou similar); (dispensada caso o projeto tenha sido aprovado pela ANCINE);
- m) Cópia do Certificado de Registro do Roteiro na Fundação Biblioteca Nacional;
(dispensada caso o projeto tenha sido aprovado pela ANCINE);
- n) Contrato de cessão de direitos de realização de roteiro entre o detentor de direitos e a proponente; (dispensada caso o projeto tenha sido aprovado pela ANCINE);
- o) No caso de obra audiovisual derivada de criação intelectual pré-existente, contrato de cessão de direitos para constituição de obra derivada, contendo cláusula especificando prazo mínimo de cessão dos direitos de 1 (um) ano e opção de renovação prioritária; (dispensada caso o projeto tenha sido aprovado pela ANCINE);
- p) No caso de obra que implique utilização de formato de obra audiovisual pré-existente, autorização ou cessão de uso do respectivo formato; (dispensada caso o projeto tenha sido aprovado pela ANCINE);
- q) Autorização de uso de imagem da personalidade, quando couber; (dispensada caso o projeto tenha sido aprovado pela ANCINE);

SELEÇÃO PÚBLICA Nº 02/2014
PROCESSO SECTEC Nº 02/2014

ANEXO B – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA CONTRATAÇÃO PELO AGENTE FINANCEIRO DO FUNDO SETORIAL DO AUDIOVISUAL – COMPROVANTES DE CAPTAÇÃO DOS RECURSOS

- a) contratos de patrocínio, nos termos do artigo 1º-A da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993;
- b) recibos de captação, nos termos da Lei n. 8.313, de 23 de dezembro de 1991, e do artigo 1º-A da Lei nº 8.685/1993;
- c) contratos de coprodução nos termos dos artigos 3º e 3º-A da Lei nº 8.685/1993 e do art. 39, inciso X, da Medida Provisória nº 2.228-1/2001;
- d) contratos de investimento firmados com Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica – FUNCINES, nos termos do artigo 41 da Medida Provisória nº 2.228-1/2001;
- e) contratos de patrocínio, investimento, financiamento ou empréstimo de instituições financeiras celebrados pelo proponente;
- f) contratos, convênios ou publicações oficiais que comprovem patrocínios e apoios provenientes de entes públicos federais, municipais ou estaduais;
- g) relação de pagamentos comprobatória dos recursos próprios ou de terceiros despendidos no projeto;
- h) documentos comprobatórios de créditos relativos a prêmios e acordos internacionais;
- i) contratos de aquisição antecipada de licenças de exibição ou de exploração comercial, à exceção da primeira licença de exploração celebrada com a emissora ou programadora de televisão;
- j) contrapartida de recursos próprios ou de terceiros, comprovada mediante depósito em conta corrente exclusiva vinculada ao projeto.
- k) aporte de recursos não-financeiros previstos em contratos de prestação de serviços e/ou locação de equipamentos, a título de contrapartida, observadas as seguintes condições:
 - i. O valor integral objeto dos contratos previstos na alínea ‘j’ desta Cláusula deve ser igual ou inferior aos valores dos respectivos itens apresentados no orçamento da proposta.
 - ii. Nos casos de serviços de locação de equipamentos ou similares prestados pela PRODUTORA ou por coprodutores ao projeto, a título de contrapartida, deverão ser encaminhados 3 (três) orçamentos de tomadas de preços de produtos e/ou serviços

equivalentes do mercado para cada despesa. O valor efetivamente pago deverá ser igual ou inferior ao menor dos três orçamentos apresentados.

SELEÇÃO PÚBLICA Nº 02/2014
PROCESSO SECTEC Nº 02/2014

ANEXO C – DECLARAÇÃO QUE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

(Papel Timbrado)

DECLARAÇÃO

_____, (Razão Social), inscrita no CNPJ sob N.º
_____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a)
_____, portador da Carteira de Identidade RG n.º
_____, DECLARA, sob as penas da lei, que cumpre plenamente os
requisitos de habilitação para o presente certame.

Local e data

(assinatura do representante legal)

SELEÇÃO PÚBLICA Nº 02/2014
PROCESSO SECTEC Nº 02/2014

ANEXO D – DECLARAÇÃO NÃO EMPREGA MENOR

(Papel Timbrado)

DECLARAÇÃO

_____(Razão Social), inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____ portador(a) da Carteira de Identidade - RG nº _____ e do CPF nº _____DECLARA, sob as penas da lei, para fins do disposto no inciso V, art. 27, da Lei federal nº 8.666/93, cumprindo o disposto no inciso XXXIII, art. 7º, da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, assim como assume o compromisso de declarar a superveniência de qualquer fato impeditivo à sua habilitação.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

Local e data

(assinatura do representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

SELEÇÃO PÚBLICA Nº 02/2014
PROCESSO SECTEC Nº 02/2014

ANEXO E – DECLARAÇÃO INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

(Papel Timbrado)

DECLARAÇÃO

_____(Razão social), CNPJ n.º
_____, sediada, _____(Endereço completo),
declara sob as penas da lei, que até a presente data, inexistente fato superveniente
impeditivo para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da
obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e Data

(assinatura do representante legal)

SELEÇÃO PÚBLICA Nº 02/2014
PROCESSO SECTEC Nº 02/2014

ANEXO F – MINUTA DE CONVÊNIO

CONVÊNIO Nº xxxxx /2015

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E
FINANCEIRA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O
ESTADO DE PERNAMBUCO, POR MEIO DA
SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
E

XX
XXXXXXXXXXXX

O **ESTADO DE PERNAMBUCO**, através de sua **SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 41.230.103/0001-25, sediada à Rua Vital de Oliveira nº 32, bairro do Recife, Recife/PE, doravante denominada simplesmente **CONCEDENTE** neste ato representada por seu Secretário **JOSÉ ANTÔNIO BERTOTTI JUNIOR**, brasileiro, casado, Químico Industrial, residente e domiciliado na cidade de Recife – PE, portador do CPF nº 585.883.290-34, devidamente autorizado pelo Exmo. Senhor Governador do Estado de Pernambuco, consoante Ato nº. 1979, de 04 de abril de 2014, em face ao disposto no inciso XXI, do art. 37, da Constituição Federal, e a empresa _____, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda CNPJ Nº _____, Sediado na _____, neste ato representado por _____, Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF nº _____, Cédula de Identidade nº _____, residente e domiciliado na _____, doravante designado simplesmente **CONVENIENTE**, resolvem firmar o presente Termo de Convênio que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto estabelecer atribuições comuns, com vistas à produção de conteúdos inovadores, na forma de 01 (um) projeto de obra do gênero documentário crosmídia, seriado, em 03 (três) episódios de 26 (vinte e seis) minutos cada, para veiculação na TV Pernambuco, emissora da Empresa Pernambuco de Comunicação, vinculada a SECTEC.

Parágrafo único - Entende-se por série de documentários crosmídia: produções no gênero documentário sobre determinado tema, incluindo narrativas para web e/ou outras

plataformas móveis.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

O monitoramento e a avaliação da ação prevista serão realizados pela CONCEDENTE a partir da análise do relatório de atividade a ser efetivado pelo CONVENENTE, semestralmente até a entrega do documentário.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS COMPROMISSOS DOS PARTICÍPES

São compromissos comuns aos **PARTÍCIPIES**:

3.1 Pautar-se sempre e exclusivamente pelo Interesse Público, que constitui o móvel para o presente convênio;

3.2 Agir sempre em consonância com os princípios da Administração Pública, mais especificamente os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e isonomia, de forma que o objeto do presente instrumento não seja utilizado para finalidades outras que as aqui previstas, nem os nomes dos envolvidos manipulados de forma a garantir interesses diversos;

3.3 Divulgar suas participações no presente Convênio da forma mais adequada ao interesse da coletividade, ficando vedada a utilização de nomes, símbolos ou imagens que, de alguma forma, descaracterizem o interesse público e se confundam com promoção de natureza pessoal de agentes públicos.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES

4.1 - Para a fiel execução deste Instrumento a CONCEDENTE obriga-se a:

4.2 Repassar o recurso financeiro no valor total de **R\$ 141.666,00 (cento e quarenta e um mil, seiscentos e sessenta e seis reais)**, referente aos custos previstos nas planilhas constantes no Plano de Produção anexo, em parcela única.

4.3 Acompanhar, avaliar, orientar, controlar e fiscalizar a execução do presente instrumento. A referida fiscalização será realizada por servidores indicados pela CONCEDENTE, tendo tal ente livre acesso, a qualquer tempo, a todos os locais, documentos, atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o convênio;

4.4 A fiscalização referida no item anterior não impede o uso, por parte da CONVENENTE, de sistemas próprios de auditoria, sendo-lhe facultada, portanto, a realização de fiscalização interna, paralelamente a realizada pelo Poder Público;

4.5 A fiscalização interna a que se refere o subitem anterior em hipótese alguma vinculará a Administração Pública, que permanecerá absolutamente livre nas suas análises e considerações;

4.6 Examinar e aprovar a prestação de contas referentes à aplicação dos recursos alocados, sem prejuízo de realização de auditorias internas e externas.

4.7 - Para garantir o cumprimento do presente Convênio a **CONVENENTE** obriga-se a:

4.8 Executar o objeto pactuado na Cláusula Primeira deste Convênio, em observância ao Plano de Produção, que integra o presente, independente de transcrição, zelando pela boa qualidade das ações e serviços prestados e buscando eficiência, eficácia, economicidade em suas atividades;

4.9 Observar no transcorrer da execução de suas atividades, as orientações emanadas do Poder Público, elaboradas com base no acompanhamento e supervisão das atividades.

4.10 Responsabilizar-se pela reparação de danos que por ventura causar, direta ou indiretamente, às pessoas ou à propriedade pública ou de terceiros, especialmente o que se refere a acidentes de qualquer natureza;

4.11 Providenciar as garantias necessárias, voltados à segurança das pessoas e bens, durante a realização da ação, reconhecendo que o Estado de Pernambuco está isento de qualquer responsabilidade por danos pessoais ou patrimoniais;

4.12 Prestar contas da execução do convênio e da sua contrapartida, com relatório das atividades e demonstrativos, inclusive, dos resultados alcançados e das metas atingidas, nos moldes previstos neste Convênio;

4.13 Manter arquivada toda a documentação comprobatória da execução física e fiscal do evento, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da aprovação da prestação final de contas. Durante esse prazo, a documentação ficará à disposição dos órgãos de controle interno e externo;

4.14 Fornecer todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados e permitir o acompanhamento das ações pela CONCEDENTE e demais Secretarias envolvidas na ação, assegurando as condições necessárias ao acompanhamento, supervisão, fiscalização e avaliação da execução e dos resultados deste convênio;

4.15 Prestar eventuais esclarecimentos solicitados pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, no atinente à comprovação das despesas realizadas e à execução do presente Convênio;

4.16 Responsabilizar-se, integralmente, por todos os tributos, encargos de natureza trabalhista e previdenciária dos agentes eventualmente envolvidos na execução do presente, bem como a responsabilidade de natureza fiscal relativa à locação da área onde ocorrerá o evento, se vier ocorrer.

4.17 Para a comprovação de observância do item anterior, a CONVENENTE deverá apresentar comprovante de quitação dos encargos referidos, sob pena de rescisão do convênio e devolução do valor transferido e não utilizado e/ou não demonstrado;

4.18 Caso a CONCEDENTE, por qualquer circunstância, venha a ser acionada por responsabilidades do CONVENENTE, fica, desde logo, autorizada a proceder à denúncia da lide ao CONVENENTE, que se obriga a assumir o pólo passivo da relação processual;

4.19 Na hipótese de o Poder Judiciário negar o pedido de denunciação da lide, o CONVENIENTE se obriga a intervir como assistente do Estado de Pernambuco, ficando expressamente consignado que toda e qualquer condenação imposta por responsabilidades da conveniada ensejarão o direito de ingressar, imediatamente, com a medida cabível para a salvaguarda dos direitos do Estado.

4.20 Observar, em todas as atividades decorrentes do presente os ditames da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

4.21 Ofertar, a **título de contrapartida** _____ **no valor de R\$ 14.166,60 (quatorze mil, cento e sessenta e seis reais e sessenta centavos)** para a implementação do presente instrumento, conforme todos os itens relacionados no item 09(nove) constantes no Plano de Produção, parte integrante do presente Convênio.

4.22 Utilizar os recursos do presente convênio, inclusive os dos rendimentos das aplicações, se houver, exclusivamente na execução do seu projeto, de acordo com as finalidades estabelecidas na Cláusula primeira e respectivo Plano de Produção, devendo permanecer, enquanto não utilizados, obrigatoriamente aplicadas em caderneta de poupança de instituição financeira oficial.

4.23 Cumprir integralmente o Plano de Produção aprovado pela CONCEDENTE, mantendo registros contábeis específicos, para acompanhamento e controle do fluxo de recursos e das aplicações.

4.24 Responsabilizar-se pela contratação de serviços de terceiros com vistas à execução das metas e atividades propostas.

4.25 Manter e movimentar os recursos recebidos da CONCEDENTE, em mesma conta bancária específica deste Convênio, inclusive a contrapartida.

4.26 Informar, quando solicitado, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do Convênio.

CLÁUSULA QUINTA - DO PESSOAL

Em qualquer situação, os profissionais, diretos e indiretos, envolvidos na prestação dos compromissos decorrentes deste Termo permanecerão subordinados à CONVENIENTE, não se estabelecendo qualquer vínculo com a CONCEDENTE.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A vigência deste convênio começa a fluir na data de sua assinatura até a aprovação da prestação de contas pela CONCEDENTE.

Parágrafo Único: Este Convênio poderá ser alterado, inclusive para ter sua vigência prorrogada, mediante termo aditivo, desde que proposto por qualquer das partes, com a devida justificativa.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICIDADE

A publicidade dos atos praticados em função deste Convênio deverá restringir-se a caráter educativo, informativo ou de orientação social, não podendo dela constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O valor deste Convênio é de R\$ **155.832,60 (cento e cinquenta e cinco mil, oitocentos e trinta e dois reais e sessenta centavos)**, incluído a contrapartida.

As despesas da Concedente haverão de correr por conta dos recursos abaixo especificados:

EXERCÍCIO: 2015

AÇÃO: 19.572.1000.4147.A611

FONTE: 0101000000

NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90

CLÁUSULA NONA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Fica a CONVENIENTE responsável perante a CONCEDENTE a apresentar a prestação de contas, na forma e prazos descritos nesta Cláusula, que será constituída de:

9.1 Em 30 (trinta) dias contados a partir do término da vigência do Convênio, o Relatório de Execução Física do objeto do ajuste, relatando e comprovando por meio de material documental, acompanhado de cópias dos documentos que evidenciem as despesas.

9.2 Relação de pagamentos;

9.3 Cópia do extrato de conta bancária específica do Convênio, inclusive sua conciliação.

9.4 Para fins de comprovação de gastos não serão aceitas despesas efetuadas em datas anteriores ou posteriores ao prazo de execução do objeto do Convênio;

9.5 Relação dos treinados ou capacitados, quando for o caso;

9.6 Relação dos serviços prestados, quando for o caso;

9.7 Comprovante do recolhimento do saldo de recursos , quando houver;

9.8 Notas fiscais, recibos e toda documentação de despesa e quitação em sua forma original, inclusive dos recolhimentos de tributos, salvo aqueles relativos ao INSS que deverá ser apresentado em cópia autenticada;

9.9 Relatório da execução físico- financeira, ressaltando os cumprimentos dos objetivos;

9.10. Demonstrativo de Execução da Receita e Despesa evidenciando os recursos recebidos em transferências, a contrapartida, os rendimentos auferidos da aplicação dos recursos, quando for o caso, e os saldos;

9.11. Relação dos pagamentos efetuados, inclusive com recursos da contrapartida;

9.12. Extrato da conta bancária específica e das aplicações financeiras do período do recebimento até o último pagamento e conciliação bancária, quando for o caso.

SUBCLÁUSULA ÚNICA

A inadimplência ou descumprimento de qualquer cláusula deste convênio inabilita a CONVENIENTE a receber novos recursos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS VEDAÇÕES

Fica terminantemente vedado às partes, sob pena de responsabilização nos termos da Lei:

10.1 Realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

10.2 Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal, por serviços de consultoria ou assistência técnica, salvo nas hipóteses previstas em leis específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

10.3 Alterar o objeto deste convênio, exceto no caso de ampliação da execução do objeto pactuado ou para redução ou exclusão de meta, sem prejuízo de sua funcionalidade; Utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos para finalidade diversa da estabelecida no Plano de Produção;

10.4 Realizar despesa em data anterior à vigência deste Convênio;

10.5 Efetuar pagamento em data posterior à vigência do presente Convênio, salvo se expressamente autorizada pela autoridade competente do concedente e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência deste convênio;

10.6 Realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

10.7 Transferir recursos do presente instrumento para clubes, associações de servidores ou quaisquer entidades congêneres, e

10.8 Realizar despesas, com recursos deste Convênio, com publicidade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

Este Convênio poderá ser denunciado por qualquer dos partícipes e rescindido por descumprimento de quaisquer das cláusulas pactuadas, principalmente quando da constatação de utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Produção e cláusulas aqui estabelecidas;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação do presente Convenio no Diário Oficial do Estado, por extrato, será providenciada até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para correr no **prazo de 20 (vinte) dias corridos**, daquela data, correndo as despesas às expensas da **CONCEDENTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias decorrentes do presente convênio, que não puderem ser resolvidas amigavelmente pelas partes, fica eleito o Foro do Recife, Capital do Estado de Pernambuco, rejeitando-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim juntas e acordadas, assinam as partes o presente convênio em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo que a tudo presenciaram.

Recife,

SECTEC/CONCEDENTE

JOSÉ ANTÔNIO BERTOTTI JÚNIOR

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ESTEMUNHAS:

NOME/CPF: _____

NOME/CPF: _____